

Câmara Municipal de Imperatriz

Rua Simplício Moreira,

CEP: 65901-490, CNPJ: 69.555.019/0001-09 - Telefone: (99)3525-3452

E-mail: sec.legislativa@camaraimperatriz.ma.gov.br



INDICAÇÃO Nº 865/2025

Nos termos do Art. 225 do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, e depois de ouvido o Plenário, Indico ao Prefeito Municipal de Imperatriz, Exmo. Sr. Rildo de Oliveira Amaral, ao Secretário Municipal de Administração e Modernização, Sr. Rômulo Andrade, ao Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária, Sr. Rafael Lucena, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Eloy Ribeiro, a elaboração e envio a esta Casa de Leis de projeto de lei que institua o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos Agentes de Fiscalização Ambiental do Município de Imperatriz, visando promover isonomia salarial entre servidores que exercem atribuições de mesma complexidade.

Justificativa

Atualmente, o Município conta com 7 Agentes de Fiscalização Ambiental, responsáveis por atividades essenciais de proteção, monitoramento e fiscalização ambiental, atuando na preservação dos recursos naturais, no controle de poluição, na fiscalização de áreas de preservação e no cumprimento das normas ambientais municipais. Apesar da relevância e complexidade de suas atribuições, esses profissionais recebem o menor salário-base entre todos os agentes de fiscalização do município, equivalente a R\$ 1.591,33, enquanto outras categorias, como os Agentes de Fiscalização Fazendária, recebem R\$ 4.184,88.

Essa disparidade contraria os princípios da isonomia, não havendo fundamento jurídico para a manutenção de salários tão distintos entre servidores que desempenham funções de mesma natureza fiscalizatória.

Ressalta-se ainda que o trabalho desses servidores é fundamental para o desenvolvimento sustentável do município, uma vez que suas ações impactam diretamente a qualidade de vida da população, o planejamento urbano, a saúde pública e a proteção do meio ambiente. A ausência de valorização profissional gera desmotivação, comprometendo a eficiência dos serviços prestados e, por consequência, o interesse público.

Diante disso, a elaboração de um PCCR específico para os Agentes de Fiscalização Ambiental é medida urgente e necessária, pois garantirá isonomia salarial, valorização profissional, progressão funcional, capacitação continuada e maior eficiência na prestação dos serviços públicos, assegurando que todos os servidores sejam remunerados de forma justa e conforme determina a legislação vigente.



SALA DAS SESSÕES DO PALÁCIO DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA, EM IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 10 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2025.

Alcemir da Conceição Costa Alcemir Costa - PODEMOS

Vereador

SUBSCRIÇÕES

Jorgiana Pinheiro Sousa Jorgiana Boca da Mata - PL

Vereador

Mesaac Cirqueira Santiago Mesaac Cirqueira - AVANTE

Vereador

Adriano Lima Brito

Sgt Adriano - REPUBLICANOS

Vereador

Wanderson Manchinha Silva Carvalho

Manchinha - MDB

Vereador

Whalassy de Oliveira Barros Whalassy Oliveira - PT

Vereador

Amauri Alberto Pereira de Sousa



Alberto Sousa - PDT

Vereador

Renata Sousa Nascimento Renata Morena - PRD

Vereador

Francisco Messias da Silva Francisco Messias - PDT

Vereador

